



Observatório de Política Externa Brasileira

– Informe de Política Externa Brasileira – Abril – 2011

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação temático executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em seu Informe mensal, o Observatório de Política Externa Brasileira destina-se a analisar a cobertura dada pelas revistas semanais *Veja*, *Carta Capital* e pelos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, mais especificamente pelos seus editoriais. Partindo-se do princípio de que esses veículos são formadores de opinião pública e representantes de posicionamentos político-ideológicos distintos, justifica-se verificar qual a visão que divulgam a respeito das ações do governo brasileiro no que tange a sua política externa. A metodologia utilizada para a realização dessa análise será a leitura minuciosa das reportagens e posterior cotejamento das mesmas a fim de identificar as diferentes percepções dessa política de Estado. Em um segundo momento, uma breve análise da conduta brasileira no âmbito internacional será feita à luz das Relações Internacionais.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Mestre em História (UNESP/Franca): Tiago Pedro Vales (bolsista FAPESP);
Mestranda em História (UNESP/Franca): Adriana Suzart de Pádua (bolsista FAPESP);
Mestranda em Relações Internacionais (Santiago Dantas) Camila Cristina Ribeiro Luis

Graduada em Relações Internacionais (UNESP/Franca): Celeste de Arantes Lazzarini.

Graduando em Relações Internacionais: Raphael Camargo Lima (bolsista FAPESP).



Observatório de Política Externa Brasileira

Durante o mês de abril os assuntos referentes à política externa brasileira comentados pelos editoriais dos periódicos analisados por este Observatório se concentraram na visita da presidente brasileira à China.

Em termos gerais, os jornais *Correio Braziliense*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* analisaram o resultado da visita de modo positivo no campo comercial, mas pouco efetivo na área política, uma vez que não foi obtido o esperado apoio à candidatura brasileira a uma vaga no Conselho de Segurança das Nações Unidas e, em contrapartida, na visão dos periódicos analisados, a diplomacia brasileira não assumiu a posição de repúdio a violação dos direitos humanos como deveria.

Com menor ênfase, também teceram alguns comentários sobre tráfico de pessoas e de armas. Nesse caso, questionando a pouca atenção emprestada pelo governo para a defesa das fronteiras.

Brasil – China

A visita da presidente brasileira Dilma Rousseff à China foi tema de editoriais de todos os jornais analisados no mês de abril. Sobre o encontro sino-brasileiro, o jornal *Correio Braziliense* salientou que a visita de Rousseff à China teve resultados mais favoráveis às questões comerciais, enquanto os temas políticos tiveram resoluções vagas.

No plano comercial, os acordos contemplaram investimentos chineses no Brasil, além de possibilitar a exportação de aviões da Embraer para a China, convergindo para objetivo brasileiro de modificar o perfil da pauta de exportações, atualmente concentrada em commodities, com a inclusão de maior número de produtos de alto valor agregado. No plano político, o Brasil comprometeu-se em trabalhar pelo reconhecimento da China como economia de mercado. O periódico criticou o silêncio da presidente Dilma Rousseff a respeito da situação dos Direitos Humanos no país asiático.



Observatório de Política Externa Brasileira

Por parte da China, a pretensão brasileira de obter assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) obteve o vago compromisso chinês de que compreende e aprova a aspiração do Brasil de vir a desempenhar um papel mais proeminente na ONU.

Na mesma direção, a *Folha de S. Paulo* salientou os avanços nas questões comerciais destacando os investimentos de uma empresa taiwanesa na área de informática no Brasil, a produção de jatos da Embraer na China e a compra de carne suína oriunda do Brasil. O diário também considerou os acordos políticos pouco expressivos: a menção aos direitos humanos foi apenas protocolar e a China manteve a posição de não apoiar explicitamente a candidatura brasileira ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Por fim, o jornal *O Estado de S. Paulo* avaliou que o comunicado conjunto produzido por ocasião da visita traz uma visão na qual os interesses chineses prevalecem sobre os brasileiros. Segundo o periódico, a oficialização da abertura do mercado chinês a alguns produtos brasileiros constituem acordos de nível técnico para os quais não há necessidade de entendimento de cúpula. Por outro lado, a pretensão brasileira de obter assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas teve um apoio vago e evasivo. Os entendimentos com maior significado prático correspondem aos interesses chineses de acesso a recursos naturais, como minérios e energia. Segundo o periódico, a ênfase nesse tipo de cooperação atende, sobretudo, à estratégia chinesa de crescimento econômico e reforça o estilo de intercâmbio bilateral pautado na exportação brasileira de produtos primários, com pouco valor agregado. Nesse sentido, é possível inferir que as assimetrias e divergências nas relações sino-brasileiras foram bem destacadas durante a visita da presidente Dilma Rousseff à China, tanto na esfera da economia quanto na política.

No âmbito político, a conduta brasileira de não criticar veemente a China no que tange ao seu modo de conduzir a questão de direitos humanos, parece uma postura prudente, na medida em que é interesse do Brasil cooptar o apoio chinês em questão que lhe é tão vital, qual seja, a consecução do assento



Observatório de Política Externa Brasileira

permanente no Conselho de Segurança da ONU. Embora a defesa dos direitos humanos seja a marca escolhida para caracterizar a política externa do governo Rousseff, a abordagem desse assunto de modo assertivo poderia ser interpretada como um ponto de discórdia para um importante parceiro, como a China, mesmo que em um primeiro momento este tenha se mostrado tão evasivo quanto os Estados Unidos sobre o aceite do Brasil na instância máxima da ONU.

No âmbito econômico, pode-se fazer um diagnóstico semelhante àquele determinado por teóricos do subdesenvolvimento da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) – como Raúl Prebisch e Celso Furtado –, nas décadas de 1950 e 1960 para a situação dos países latino-americanos. Segundo o arcabouço teórico construído por esses autores, a relação econômica entre os países da periferia e os países do centro do sistema internacional tenderia progressivamente a uma deterioração dos termos de troca, significando que aos primeiros caberia a exportação de produtos agrícolas e importação de produtos industrializados e de alta tecnologia, enquanto que aos segundos caberia o movimento inverso. O passar dos anos evidenciaria o aumento da distância econômica entre os países periféricos e os países cêntricos, tendo em vista que a diferença de preços entre os produtos industrializados e os agrícolas tenderia somente a aumentar. Haveria pouca possibilidade de inovação para os produtos agrícolas enquanto que os produtos industrializados estariam sujeitos a mudanças e variações constantes, a partir do avanço tecnológico, que acarretariam ampla mudança em seu valor de mercado.

Apesar de os conceitos tratarem de um momento histórico bem específico e de o cenário econômico brasileiro ser outro, é possível ver um movimento semelhante no comércio entre Brasil e China. As importações brasileiras da China variam de bens de consumo duráveis a bens de produção, enquanto que as exportações brasileiras à China encontram-se predominantemente no setor de bens de consumo não-duráveis, *commodities*. No curto prazo, como alguns editoriais muito bem colocaram, a balança



Observatório de Política Externa Brasileira

comercial em termos absolutos pende para o Brasil. Todavia, no longo prazo, o volume de produtos chineses na economia brasileira poderá desencadear desincentivos para alguns setores industriais nacionais, incapazes de competir com os baixos preços dos importados chineses.

Notando essa contradição é que o governo brasileiro apontou para a importância de se ampliar a compra de produtos de alta tecnologia brasileira, como os aviões da Embraer que vinham sendo gradualmente negligenciados pelo governo chinês. Pode-se dizer também que, por outro lado, apesar de boa identificação da problemática do comércio bilateral, a visita da presidente brasileira refletiu o despreparo político do Brasil em elaborar estratégias de cooperação mais equilibradas com o parceiro asiático. Tal procedimento pode ser visto, por exemplo, na atenuação da crítica à política de desvalorização da moeda chinesa, que aumenta a competitividade dos produtos oriundos da China no mercado internacional. Ademais, o reconhecimento da China como economia de mercado, acenado pelo Brasil de forma mais assertiva, poderá agravar este quadro de assimetria, além de, até o momento, não obter a resposta esperada, isto é, o apoio chinês à possível inserção do Brasil como membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Vidas amargas

O jornal *Correio Braziliense* questionou a posição do governo brasileiro em um tema muito sensível e ainda pouco discutido no país: o tráfico de mulheres para fins sexuais. Segundo o editorial, o Estado brasileiro tem tomado uma posição negligente tendo em vista que instâncias especializadas, como a Secretaria de Política para as Mulheres, eximem-se de adotar ações concretas, contentando-se com o registro das infrações e legando a responsabilidade de lidar com a questão ao ministério das Relações Exteriores. O periódico defendeu que é necessário aparelhar melhor a Polícia Federal e adotar posições mais ativas acerca da temática para evitar que essa prática continue a se multiplicar no país.



Observatório de Política Externa Brasileira

Fronteiras e Armas

O jornal *Folha de S. Paulo* sinalizou que as medidas anti-inflacionárias recentemente adotadas pelo governo tem tornado órfãos setores essenciais para o país, como o de vigilância das fronteiras que tende a padecer com a redução dos recursos destinados à Polícia Federal. Segundo o periódico há regiões fronteiriças no Brasil que demandam grande vigilância, como aquela com a Argentina e Paraguai – conhecida como Tríplice Fronteira –, e para que o Brasil reduza práticas criminosas como o tráfico de armas é necessário, tanto maiores investimentos quanto um uso melhor daqueles já disponíveis.

Para o diário, os ativos militares do país estão mal-concentrados e deveriam ser redistribuídos para regiões de maior interesse, como a fronteira supracitada. Nesse sentido, é apontado que o governo possui a árdua tarefa de reduzir recursos e, ao mesmo tempo, não produzir graves efeitos para áreas sensíveis do país.

Referências Bibliográficas

Correio Braziliense – Visão do Correio – **Passo tímido na parceria Brasil – China** - 14/04/2011;
Correio Braziliense – Opinião: **Vidas Amargas** – 22/04/2011;
Folha de S. Paulo – Editorial: **Fronteiras e Armas** – 23/04/2011;
Folha de S. Paulo – Editorial: **Cem dias** - 10/04/2011;
Folha de S. Paulo – Opinião – **Avanços em Pequim** - 14/04/2011;
O Estado de S. Paulo – Editorial – **Prevaleceu a visão chinesa** – 14/04/2011;